

MULHERES NO PIAUÍ:



UM PANORAMA
DA VIOLÊNCIA E DA REDE
DE PROTEÇÃO EM 2024

 portal.pi.gov.br/sempi

 @sempimulheres

 @sempimulheres_

 0800 000 1673



GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
RAFAEL TAJRA FONTELES

VICE GOVERNADOR
TEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO

SECRETÁRIA DE ESTADO DAS MULHERES DO PIAUÍ
ZENAIDE BATISTA LUSTOSA NETA

DIRETORA ADMINISTRATIVO FINANCEIRA
FRANCINETE BARBOSA DE SOUSA CASTELO

**DIRETORA DE PLANEJAMENTO DA GERÊNCIA DE
PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PARA MULHERES**
LILIAN GUIMARÃES NASCIMENTO LEAL

**DIRETORA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER**
ANA CLEIDE NASCIMENTO

**DIRETORA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E AÇÕES
TEMÁTICAS**
IVANA ARAÚJO PEREIRA AMORIM

GERENTE EXECUTIVA DO GABINETE
DIVA CARVALHO DE VASCONCELOS

OBSERVATÓRIO DA MULHER PIAUIENSE
MARIA CLARA TERESA FERNANDES SILVEIRA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
MARIA LUISA MENDES SANTOS BARROS

©2025, Secretaria de Estado das Mulheres do Piauí - SEMPI

FICHA TÉCNICA

MULHERES NO PIAUÍ: PANORAMA DA VIOLÊNCIA E DA REDE DE PROTEÇÃO EM 2024 1ª edição

Elaboração, distribuição e informações:

Observatório da Mulher Piauiense
<https://portal.pi.gov.br/sempi/observatorio-da-mulher/>
Avenida Petrônio Portela, 1900, Bairro Aeroporto, Teresina- PI – CEP
64003-600
E-mail: secretariadasmulheres@sempi.pi.gov.br

Edições anteriores:

Elas Vivas Lab: Boletim integrado de mulheres em situação de
violência no Piauí (2022)
Disponível em: <https://portal.pi.gov.br/sempi/elas-viva-lab/>

Acesso ao painel de indicadores:

<https://portal.pi.gov.br/sempi/observatorio-da-mulher/>

Contato para atendimento emergencial:

Chatbot “Ei, mermã, não se cale!” – 0800 000 1673

Fontes de Dados:

Gerência de análise criminal e estatística - SSP/PI
Casa da Mulher Brasileira de Teresina
Patrulha Maria da Penha – PM/PI
Casa Abrigo Mulher Viva – SASC

Projeto gráfico e diagramação:

Melka Letícia de Sousa Monteiro

Revisão e edição:

Lara Danuta - CEPRO/SEPLAN

DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA

**É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que
citada a fonte.**

©2025, Secretaria de Estado das Mulheres do Piauí – SEMPI

MULHERES NO PIAUÍ:



**UM PANORAMA
DA VIOLÊNCIA E DA REDE
DE PROTEÇÃO EM 2024**



SECRETARIA
DAS MULHERES - SEMPI



Este informativo de dados é fruto do trabalho da Secretaria de Estado das Mulheres do Piauí, em articulação com órgãos setoriais.



Se presenciar ou estiver vivendo alguma situação de violência doméstica. **Peça Ajuda!**

LIGUE 180 | Central de Atendimento às Mulheres

DISQUE 190 | Polícia Militar

86 994326900 | Ouvidoria SEMPi
Secretaria da Mulher-PI



"Ei, mermã, não se cale!"
0800 000 1673
Whatsapp 24h



Em Teresina, Vá até a Casa da Mulher Brasileira

Av. Roraima, 2563 - Aeroporto, Teresina - PI, 64007-150



No seu município busque ajuda!

CRAS | CREAS | UBS |
GRUPAMENTO DE POLÍCIA MILITAR
DEAMGV - DELEGACIA DE POLÍCIA

portal.pi.gov.br/semipi/

[f semipimulheres](https://www.facebook.com/semipimulheres)

[@semipimulheres_](https://www.instagram.com/semipimulheres_)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	9
2. PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PIAUÍ	10
2.1 BOLETINS DE OCORRÊNCIA NAS DEAMS	10
2.2 FEMINICÍDIOS	12
2.3 MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS DE MULHERES	17
3 REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	20
3.1 CHATBOT “EI, MERMÃ, NÃO SE CALE”	21
3.2 CASA ABRIGO MULHER VIVA	21
3.3 CASA DA MULHER BRASILEIRA	26
3.4 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	28
3.5 PATRULHA MARIA DA PENHA	29
3.6 ORGANISMOS DE POLÍTICA PARA MULHERES	31
SÍNTESE E DIRECIONAMENTOS: CONSTRUINDO UM PIAUÍ MAIS SEGURO PARA AS MULHERES	32



APRESENTAÇÃO

O informativo de dados “Mulheres no Piauí: Panorama da Violência e da Rede de Proteção em 2024” apresenta uma análise dos dados da segurança pública e de alguns pontos da rede de proteção às mulheres no estado do Piauí. Elaborado pela Secretaria de Estado das Mulheres do Piauí (SEMPI), por meio do Observatório da Mulher Piauiense, este documento tem como objetivo fornecer informações qualificadas sobre a situação das mulheres no estado e o funcionamento da rede de proteção.

A proposta é oferecer um material confiável que contribua para a formulação de estratégias mais eficazes no enfrentamento à violência contra as mulheres. Esse fenômeno, recorrente e estrutural, decorre de uma lógica social desigual de poder entre homens e mulheres, gerando diversas formas de desigualdade. Entre elas, destacam-se a sub-representação feminina em espaços de decisão, como a política; a imposição de papéis de gênero estereotipados, que direcionam as mulheres para funções e responsabilidades associadas ao cuidado, muitas vezes sem escolha real; a desvalorização econômica de atividades tradicionalmente femininas, incluindo o trabalho

doméstico e de cuidados, frequentemente não remunerado; e, por fim, a violência, que se manifesta em agressões físicas, psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais – muitas vezes dentro do próprio lar e perpetradas pelo parceiro –, podendo culminar no feminicídio.

Diante da gravidade desse problema social, o Estado tem a responsabilidade de intervir para mitigar seus efeitos, acolhendo as mulheres em situação de violência e criando condições para que tenham acesso a oportunidades igualitárias, permitindo-lhes uma vida digna, com autonomia financeira, acesso à educação e saúde, segurança em seus lares e relações baseadas no respeito.

Assim, a presente análise destaca aspectos essenciais da violência contra a mulher e da busca por proteção no Piauí, por meio da rede especializada de enfrentamento. O conhecimento dessas informações permite que gestores públicos, integrantes da rede de proteção, órgãos parceiros, sociedade civil organizada, pesquisadores(as) e demais interessados desenvolvam estratégias mais assertivas para garantir os direitos das mulheres piauienses e avançar na meta de erradicação do feminicídio.

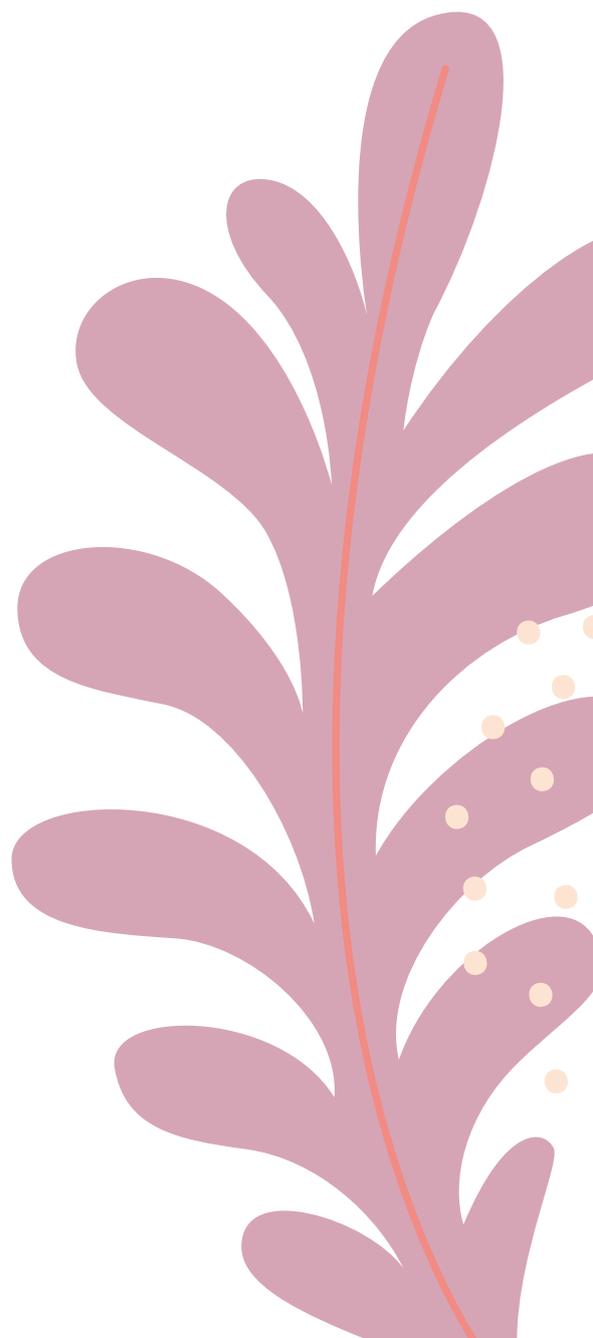
Zenaide Batista Lustosa Neta

INTRODUÇÃO

Boletim de Dados 2024 do Observatório da Mulher Piauiense, desenvolvido pela SEMPI, tem como objetivo analisar aspectos fundamentais da vida das mulheres no Piauí, com foco em dados de violência e atendimentos relacionados às políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. A partir de fontes como a Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP/PI), além de equipamentos como a Casa Abrigo Mulher Viva e a Casa da Mulher Brasileira, o boletim apresenta informações quantitativas para compreender as tendências e impactos das políticas públicas implementadas em 2024.

METODOLOGIA

A metodologia adotada baseia-se na análise quantitativa de registros administrativos do Estado do Piauí. No entanto, enfrentamos desafios relacionados à qualidade e padronização dos dados, uma vez que diferentes fontes utilizam classificações e critérios distintos. Além disso, a subnotificação de casos e a dificuldade no acesso a determinados registros limitaram a abrangência da análise. Esses fatores impactam a comparabilidade entre anos e regiões, exigindo um tratamento dos dados para minimizar distorções e garantir uma interpretação mais precisa dos resultados. Esses dados foram organizados e analisados por meio de tabelas estruturadas, utilizando ferramentas como Excel, Power BI e inteligência artificial. Os dados, sempre que possível, estão segmentados de acordo com os 12 territórios de desenvolvimento do Estado, permitindo uma abordagem regionalizada da violência de gênero e dos atendimentos ofertados. A seleção das informações priorizou a identificação de padrões e tendências, produzindo informações úteis para a formulação de políticas públicas mais efetivas.

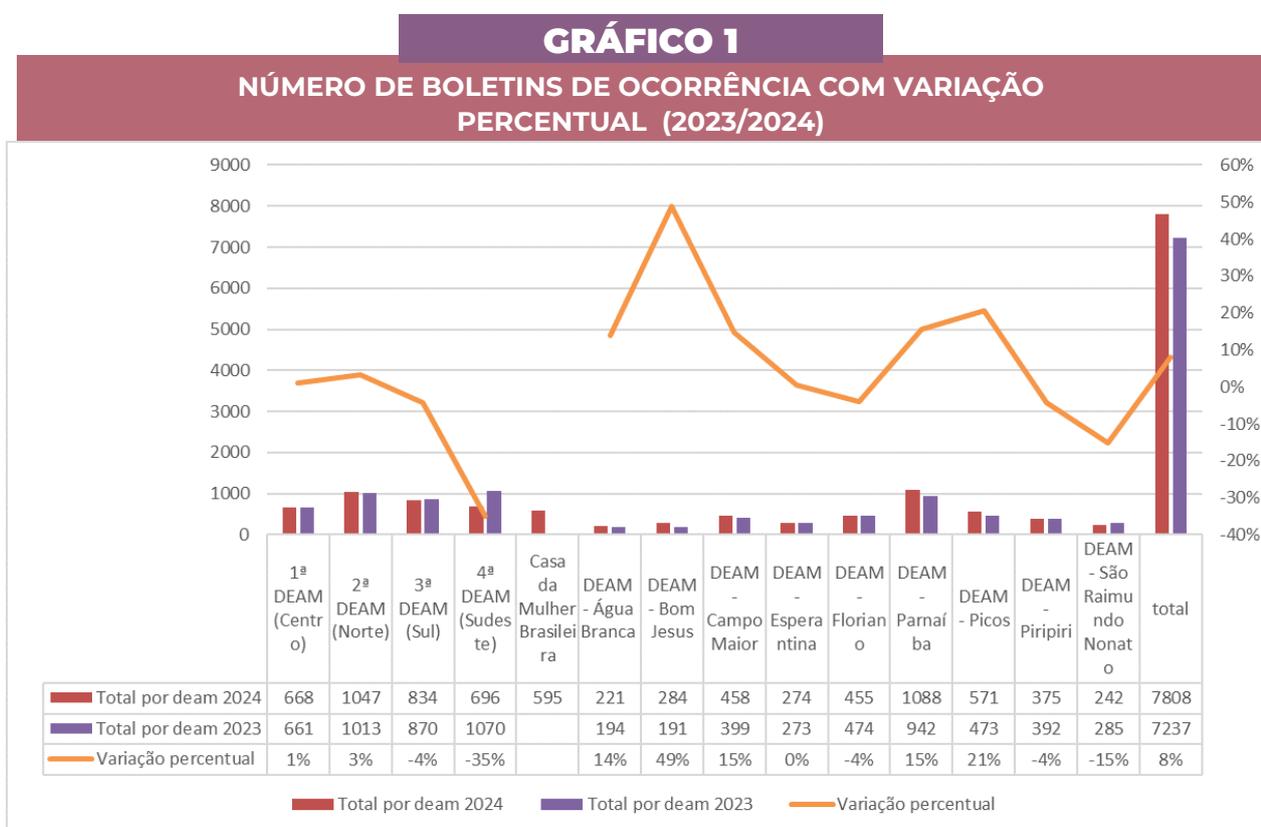


2. PANORAMA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PIAUÍ

2.1 - BOLETINS DE OCORRÊNCIA NAS DEAMS

Notas metodológicas: A fonte oficial desses números é a Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI. Os números absolutos por Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM permitem identificar as delegacias com maiores números de denúncias, bem como as variações

percentuais mais acentuadas. Também é possível identificar as diferenças numéricas entre capital e interior. A extração dos dados foi realizada em 22/01/2024.



*A Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada em março de 2024, portanto não há registros de anos anteriores para calcular a variação percentual. Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

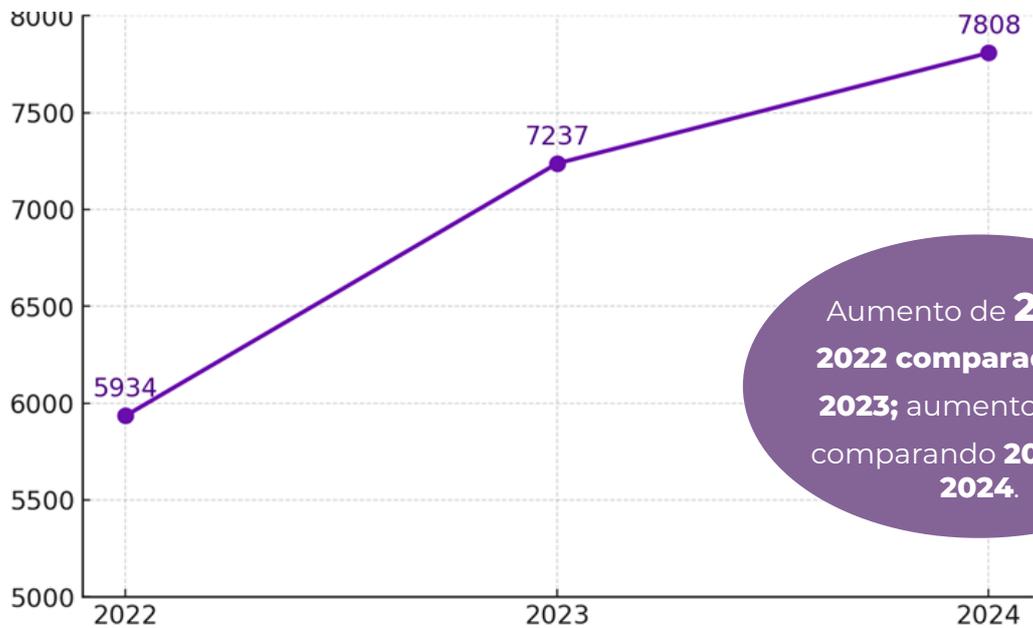
Aumento de 8% no número absoluto de boletins de ocorrência nas DEAMs comparando dados do ano de 2023 com dados do ano de 2024.

Houve **redução considerável (-35%)** na DEAM sudeste, e crescimento acentuado na DEAM de Bom Jesus (**+49%**).

A Deam Norte e a DEAM Casa da Mulher Brasileira funcionam no espaço físico da CMB, atendendo as ocorrências que chegam até o equipamento, assim, **43%** de todos os BOs registrados na capital Teresina em 2024 são da CMB.

GRÁFICO 2

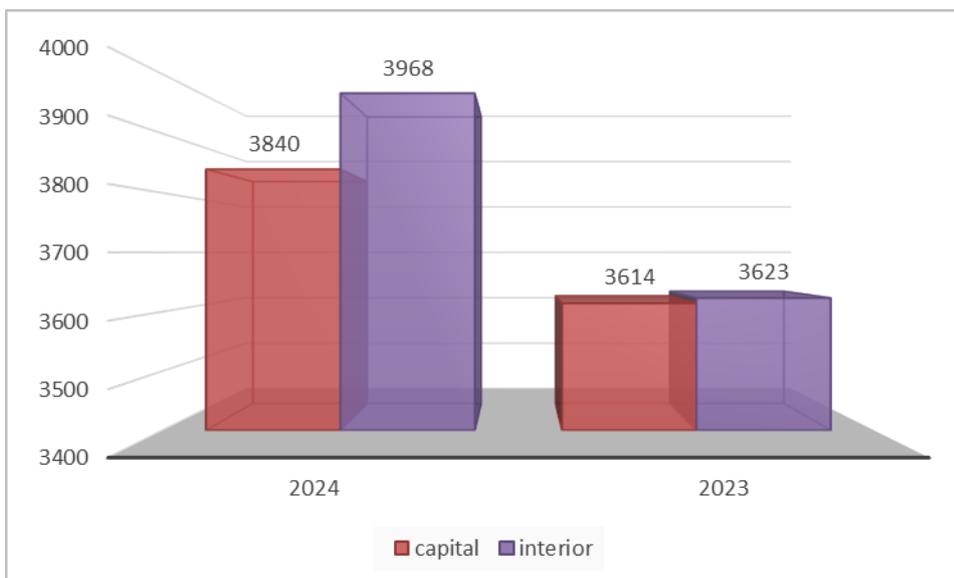
NÚMEROS ABSOLUTOS DE BOLETINS DE OCORRÊNCIA NAS DEAMS 2022-2024



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

GRÁFICO 3

PROPORÇÃO CAPITAL/INTERIOR, COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2023/2024



Em 2024 a proporção dos **números de Boletins de ocorrência do interior** do estado **superam os números da capital** em uma tendência crescente de aumento. Na **capital** **houve 6%** de aumento e no **interior 10%**.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

2.2.FEMINICÍDIOS

Notas metodológicas: Os dados sobre feminicídio apresentados nesta análise têm como fonte oficial a Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP/PI). Com base nesses dados, é possível identificar os territórios mais vulneráveis e traçar o perfil das vítimas a partir de indicadores como idade, cor/raça, vínculo entre vítima e agressor, entre outros.

O feminicídio é um crime classificado dentro do grupo das Mortes Violentas Intencionais (MVI), que inclui diferentes tipos de homicídios, como latrocínio (roubo seguido de morte) e assassinatos motivados por conflitos interpessoais ou criminais. Nesta análise, as MVI de mulheres foram divididas em duas categorias: feminicídios, abordados neste tópico, e demais MVI, analisadas na seção seguinte.

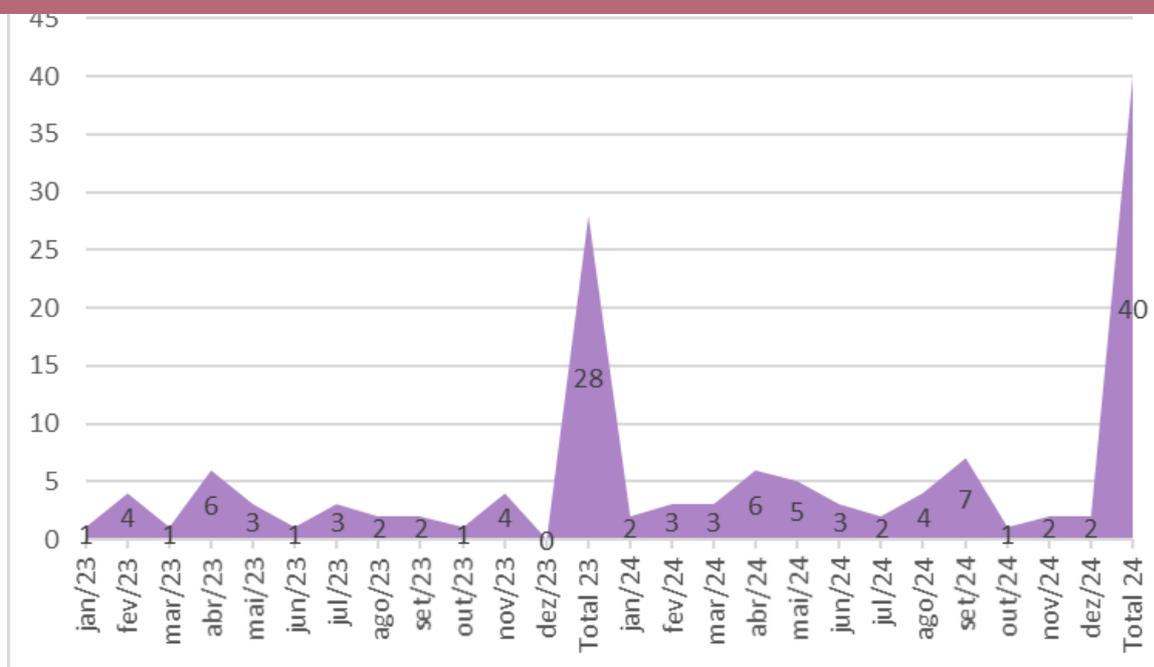
Essa separação foi uma escolha metodológica para compreender as particularidades do feminicídio, que se caracteriza pelo assassinato

de mulheres motivado por questões de gênero, enquanto as demais MVI podem estar relacionadas a outras motivações, como crimes patrimoniais, violência associada ao tráfico de drogas ou negligência.

A correta identificação de um feminicídio depende do processo investigativo conduzido pelo sistema de justiça. Dessa forma, a variação nos números de feminicídios e de outras MVI não reflete apenas o aumento ou redução da violência, mas também a forma como o Estado — por meio de policiais, peritos, membros do Judiciário e protocolos institucionais — classifica e interpreta esses crimes. Isso significa que a proporção entre feminicídios e demais MVI pode ser influenciada não só pela dinâmica da violência, mas também pela estrutura e atuação do sistema de justiça na apuração dos casos. A extração dos dados foi realizada em 22/01/2024.

GRÁFICO 4

NÚMERO DE FEMINICÍDIOS POR MÊS EM 2023 E 2024



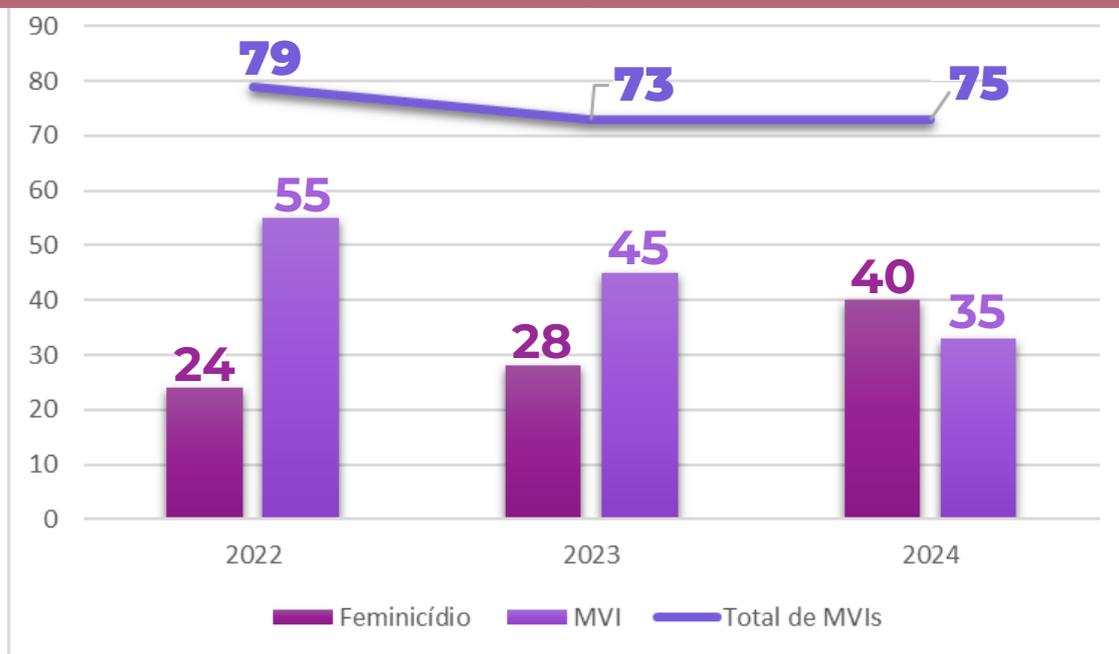
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

A média mensal de **crimes de feminicídio do ano de 2024** foi aproximadamente **3,3** ao mês. A média de 2023 foi aproximadamente **2,3 ao mês**.

O total de casos **em 2024 somou 40**, representando uma variação percentual de **43%** em relação ao ano de 2023 (28 casos).

GRÁFICO 5

COMPARATIVO ENTRE OUTRAS MVI DE MULHERES E FEMINICÍDIOS, 2022, 2023, 2024



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025). A extração dos dados foi realizada em 22/01/2024.

Em relação aos números absolutos de feminicídio, houve **aumento de 17%** de 2022 para 2023, e **aumento de 43%** de 2023 para 2024.

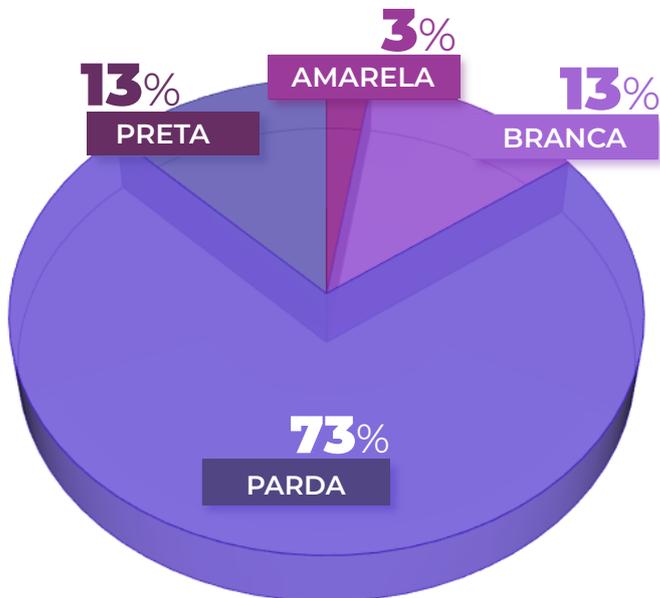
Sobre os **Números absolutos de MVI** não classificadas como feminicídio, houve **redução de -18%** de 2022 para 2023 e **redução de -22%** de 2023 para 2024.

A respeito dos números absolutos de MVI (todos os tipos de assassinatos de mulheres, incluindo os feminicídios), houve **redução de -8%** de 2022 para 2023, e **variação de 2,7%** de 2023 para 2024.

Em 2022 e 2023 os números de assassinatos de mulheres não classificados como feminicídio superaram os números de feminicídio. Em **2024 o número de feminicídios foi maior** que os **outros tipos de assassinatos** de mulheres. Isto pode indicar que os crimes relacionados a condição de gênero da mulher crescem, também pode indicar uma mudança interna no sistema de justiça, onde a qualificadora de feminicídio está sendo aplicada de maneira mais efetiva.

GRÁFICO 6

PERCENTUAL DE COR/RAÇA DOS CRIMES DE FEMINICÍDIO NO PIAUÍ EM 2024

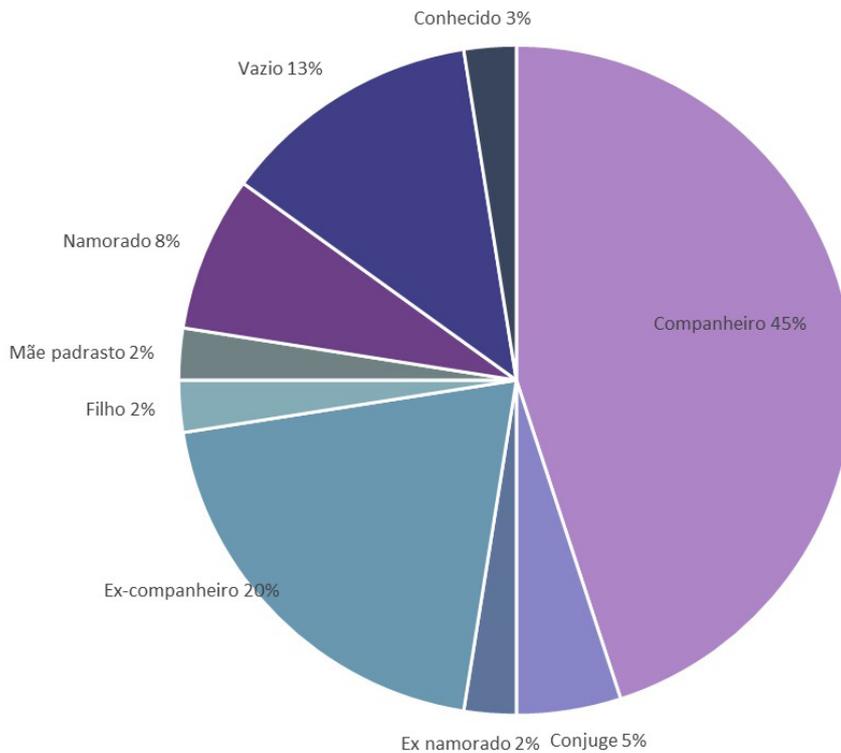


Mulheres **pardas** apresentam o maior percentual, seguidas por pretas e brancas (5% cada) e amarela.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

GRÁFICO 7

VÍNCULO ENTRE AS PARTES

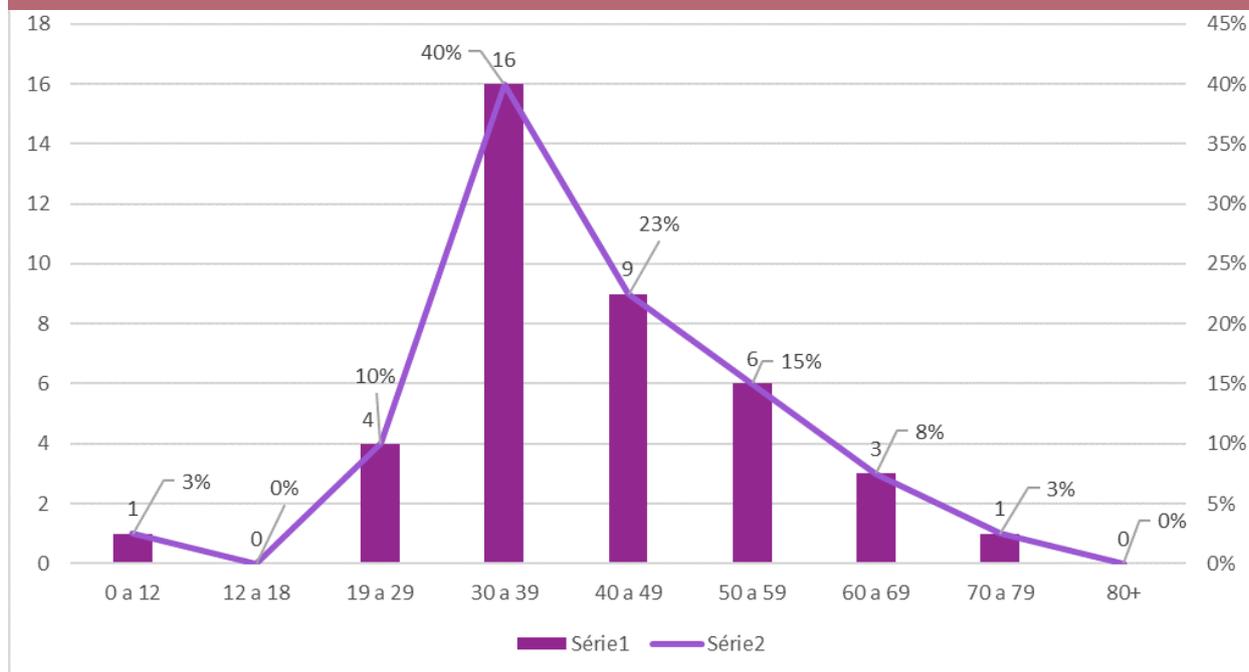


Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

Companheiro soma o maior percentual, seguido por ex-companheiro e namorado

GRÁFICO 8

FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO NO PIAUÍ EM 2024

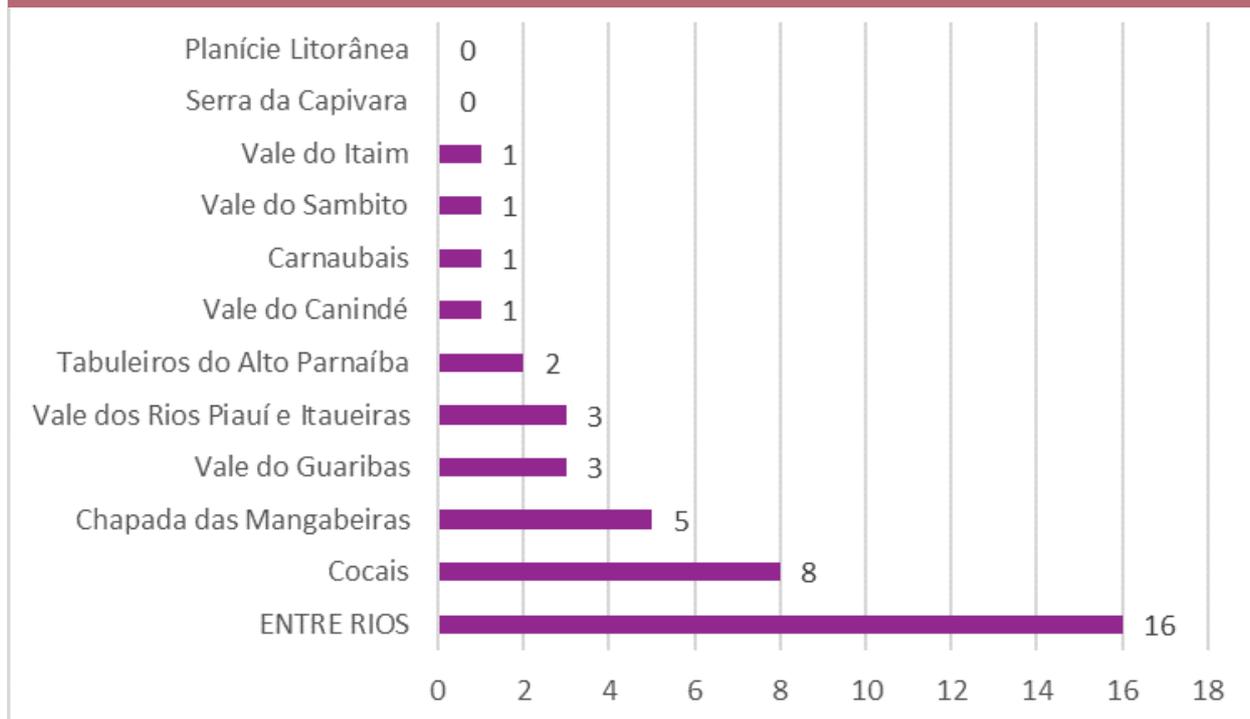


Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

A faixa etária com maior incidência é a de **30 a 39 anos**, seguida por **40 a 49 anos**, evidenciando que mulheres na transição da juventude para a meia idade são as vítimas mais recorrentes.

GRÁFICO 9

INCIDÊNCIA DE FEMINICÍDIOS POR TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO EM 2024 NO PIAUÍ



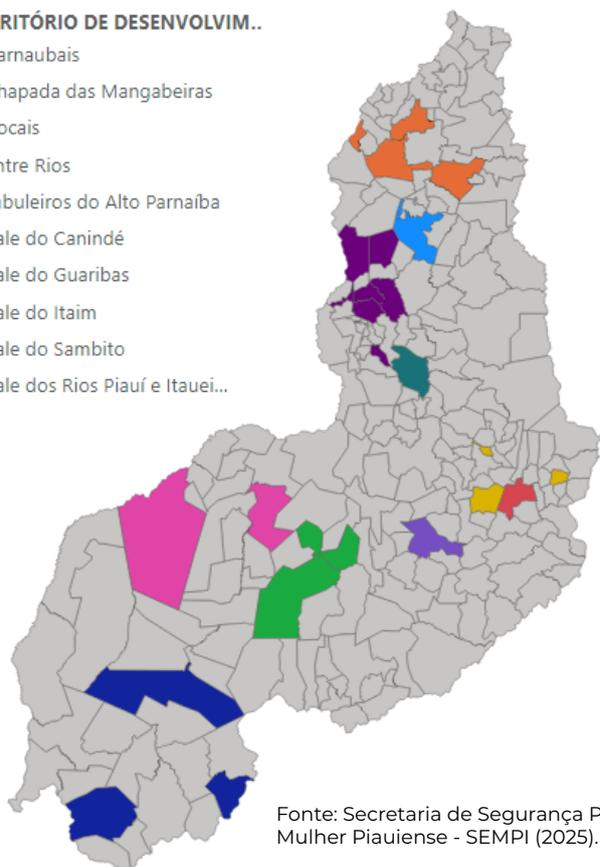
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

FIGURA 1

LOCALIZAÇÃO DOS FEMINICÍDIOS POR TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO EM 2024

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIM..

- Carnaubais
- Chapada das Mangabeiras
- Cocais
- Entre Rios
- Tabuleiros do Alto Parnaíba
- Vale do Canindé
- Vale do Guaribas
- Vale do Itaim
- Vale do Sambito
- Vale dos Rios Piauí e Itauei...



O território do Entre Rios concentra o **maior número de casos**, sendo **12** destes na capital **Teresina**.

O território de **Cocais** apresenta **8 casos**, com destaque de **3 casos** no município de **Esperantina**, este tem a maior incidência de feminicídios depois da capital Teresina.

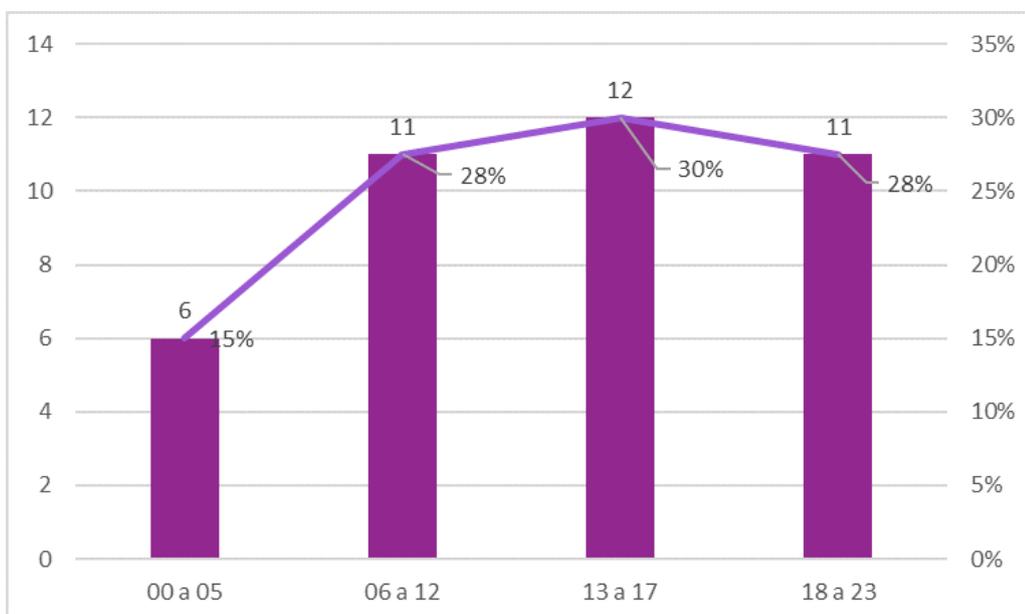
Na **Chapada das Mangabeiras** ocorreram **5 casos**, com destaque para **Bom Jesus** e **Corrente**, com **2 casos** cada.

Planície Litorânea e **Serra da Capivara** não registraram feminicídios em **2024**.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

GRÁFICO 10

HORÁRIO DOS CRIMES

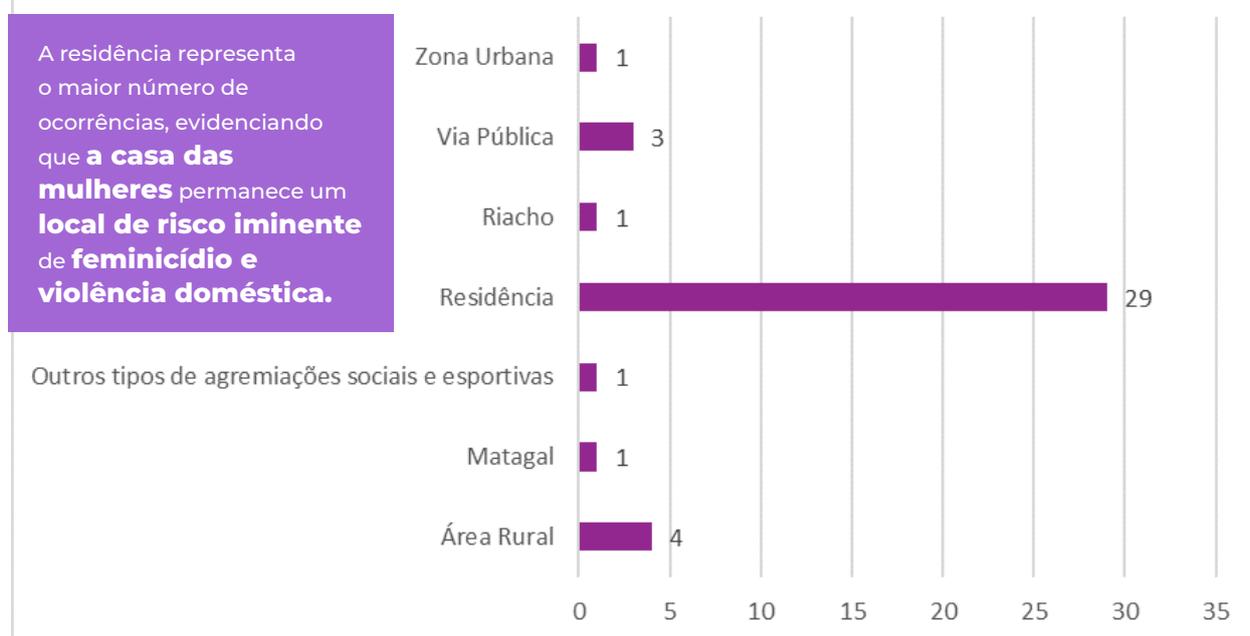


A maioria dos crimes ocorreu na parte da **tarde, das 13 às 17h Manhã e noite** apresentaram as mesmas quantidades (11 cada), e no período da **madrugada** apresentou **6 casos**.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

GRÁFICO 11

TIPO DE LOCAL DAS OCORRÊNCIAS



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

Conforme a publicação "**Biografia das Vítimas de Feminicídio em 2024**" da SSP-PI, até **novembro de 2024** somente **5 vítimas (13,16%)** registraram **BO** de violência anterior contra o feminicida. Somente **4 vítimas (10,5%)** tinham **medida protetiva** em desfavor do feminicida.

Feminicídio de MULHERES LBT EM 2024: "**3 vítimas** de feminicídio em 2024 eram **homossexuais** e foram mortas por suas companheiras". "**1 vítima** de feminicídio era **mulher transgênero** e foi morta por seu companheiro".

2.3 MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS DE MULHERES

Notas metodológicas: As demais **Mortes Violentas Intencionais (MVI) de mulheres** englobam assassinatos cuja motivação não está diretamente relacionada ao gênero da vítima. Esses casos incluem crimes como latrocínios (roubo seguido de morte), homicídios motivados por conflitos interpessoais ou relacionados à criminalidade, e outras formas de violência letal.

A fonte oficial para esses dados é a **Secretaria de Segurança Pública do Piauí (SSP/PI)**. A análise dessas ocorrências permite identificar padrões de violência letal contra mulheres, considerando variáveis como idade, cor/raça, local do crime e vínculo entre vítima e agressor, entre outras.

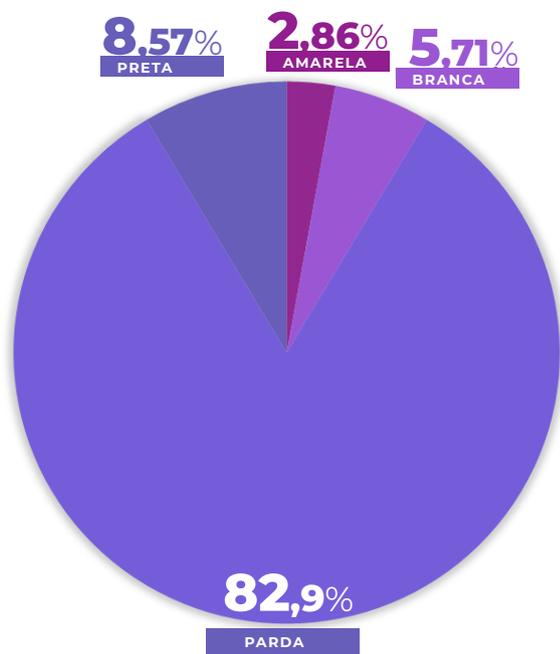
Como dito, a distinção entre feminicídios e

demais MVI é importante para compreender as particularidades necessárias ao enfrentamento dessas. Enquanto os feminicídios exigem respostas específicas de enfrentamento à violência de gênero, as demais MVI demandam ações voltadas ao combate à criminalidade, fortalecimento da segurança pública e aprimoramento das investigações.

Além disso, a classificação de um assassinato como feminicídio ou como outra MVI depende do processo investigativo e da interpretação dos órgãos de segurança e justiça. Assim, as variações nos registros desses crimes podem refletir não apenas mudanças nos padrões de violência, mas também diferenças na atuação estatal na apuração e categorização dos casos. A extração dos dados foi realizada em 22/01/2024.

GRÁFICO 12

RAÇA/COR



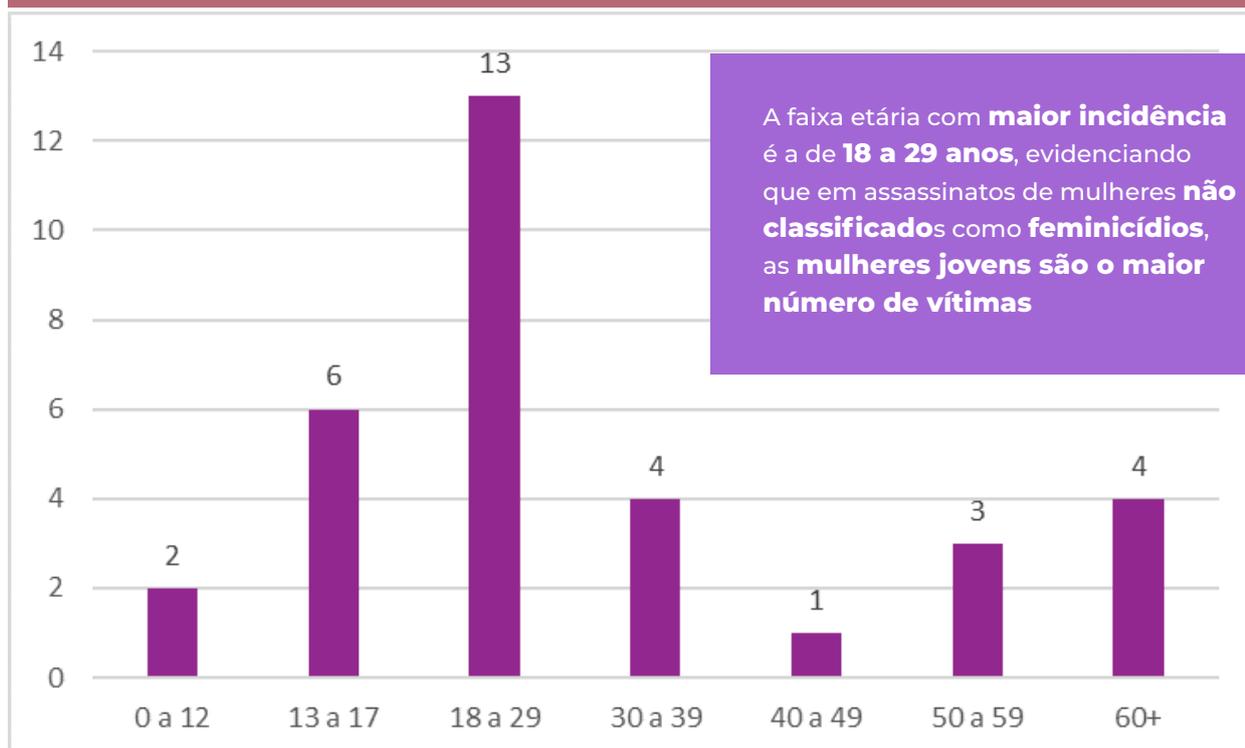
Mulheres **pretas e pardas** são as **vítimas mais recorrentes** de Mortes Violentas Intencionais não classificadas como feminicídios.

Nas **MVI de mulheres não classificadas como feminicídio**, **94%** dos registros **não havia classificação de vínculo** entre as partes, nos **6%** que havia, foi classificado como **Filho(a), inimigo(a)**.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024).
Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

GRÁFICO 13

FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS DE MVI (NÃO FEMINICÍDIOS)

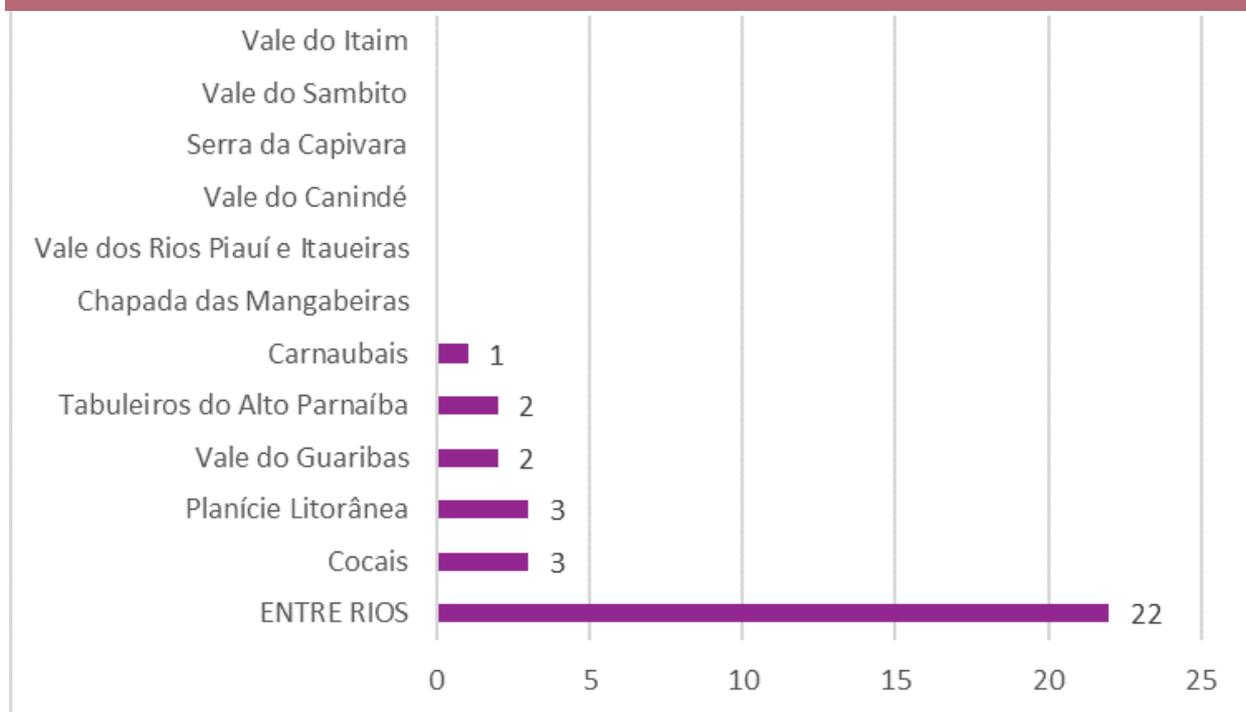


A faixa etária com **maior incidência** é a de **18 a 29 anos**, evidenciando que em assassinatos de mulheres **não classificados como feminicídios**, as **mulheres jovens são o maior número de vítimas**

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

GRÁFICO 14

TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO COM MAIOR INCIDÊNCIA

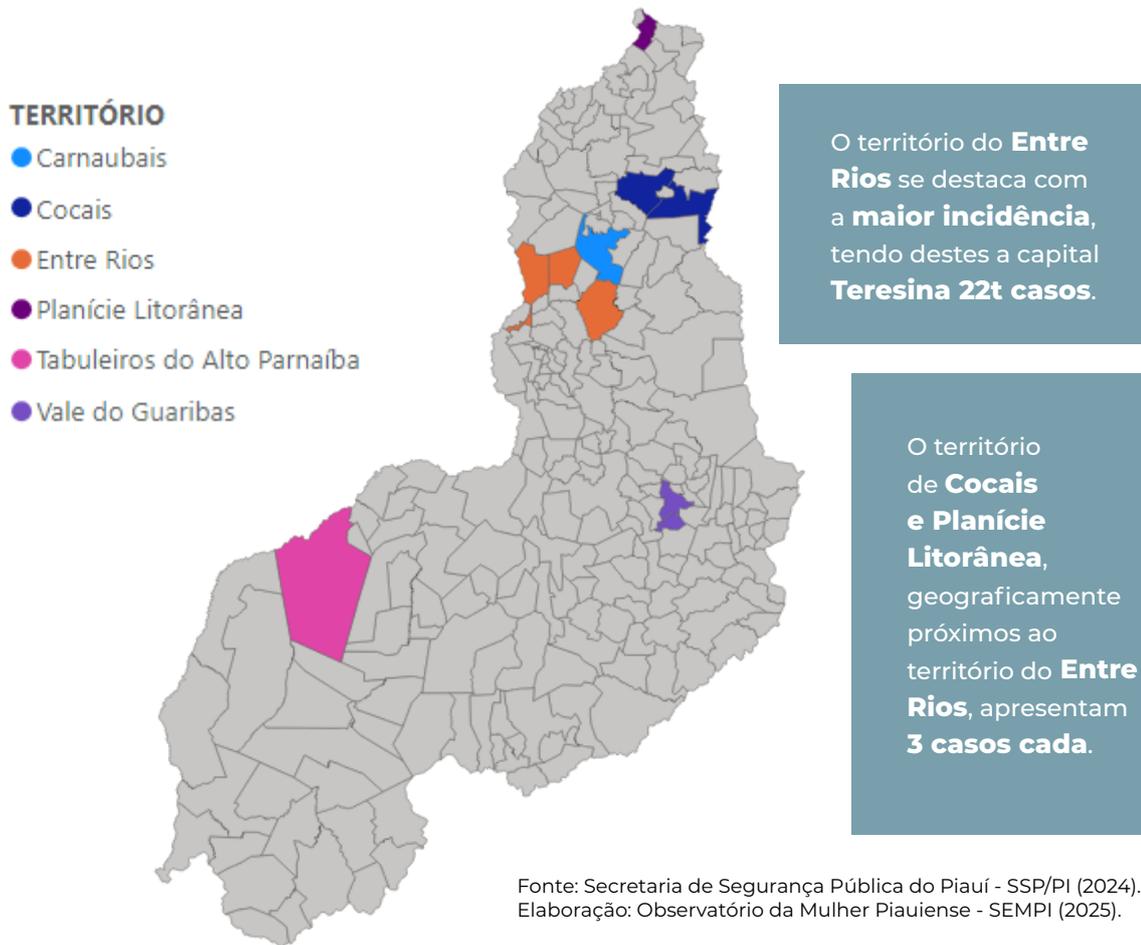


Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).



FIGURA 2

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI) DE MULHERES NÃO CLASSIFICADAS COMO FEMINICÍDIOS



3. REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A presente seção traz uma análise de dados advindos de algumas tecnologias da rede, como o chatbot “Ei, mermã, não se cale!”, equipamentos como a Casa Abrigo Mulher Viva e Casa da Mulher Brasileira, assim como um mapeamento dos organismos de política para mulheres - OPMS no estado do Piauí e análise do número de medidas protetivas de urgência de 2022 a 2024.

Ei, Mermã, não se cale!

Aqui tem mulher segura

Selo estadual em cumprimento ao protocolo "Ei, mermã! Não se cale!". Lei estadual: N° 7562/2021 | Lei federal: N° 14.786/2023.

SECRETARIA DAS MULHERES - SEMPI

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA SSP-PI

GOVERNO DO PIAUÍ

0800 000 1673 ATENDIMENTO-24H

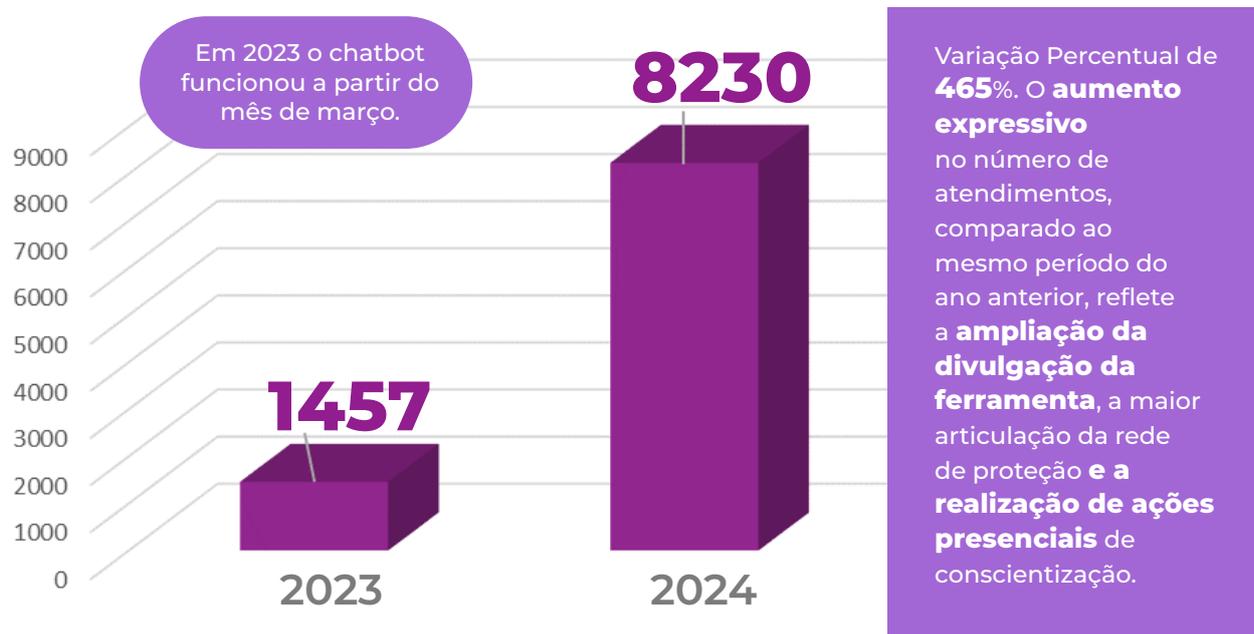
3.1 CHATBOT “EI, MERMÃ, NÃO SE CALE!”

Notas Metodológicas: O protocolo “Ei, mermã, não se cale!” é uma iniciativa da Secretaria de Estado das Mulheres do Piauí (SEMPI), em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP/PI), voltada para a prevenção e acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A análise dos atendimentos realizados

pelo Chatbot do protocolo, disponível 24 horas pelo WhatsApp 0800 000 1673, permite avaliar o alcance da ferramenta como canal de apoio. Os dados apresentados foram extraídos do sistema de monitoramento do Chatbot, contabilizando todas as interações registradas entre janeiro e dezembro de 2024.

GRÁFICO 15

NÚMERO DE ATENDIMENTO NO CHATBOT “EI, MERMÃ, NÃO SE CALE!”



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025). O chatboot começou a funcionar a partir de março de 2023.

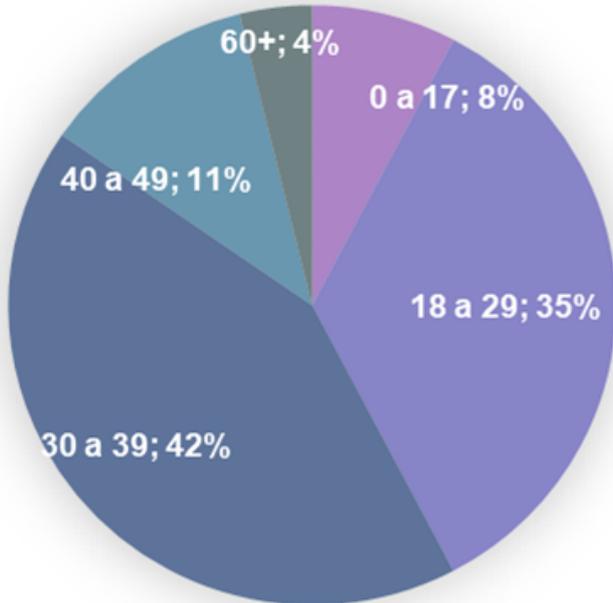
3.2. CASA ABRIGO MULHER VIVA

Notas metodológicas: A **Casa Abrigo Mulher Viva** atua na proteção de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, especialmente aquelas sob grave risco de vida. Além de oferecer acolhimento seguro para as mulheres e seus filhos menores de 12 anos, o espaço promove assistência social, psicológica e jurídica, visando a reconstrução da vida das usuárias de maneira digna e autônoma. A partir de dados de registro administrativo referentes aos acolhimentos de 2024 foi possível traçar um perfil das mulheres que utilizaram o serviço.



GRÁFICO 16

FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES ACOLHIDAS



42% das mulheres acolhidas estão na faixa etária de **30 a 39 anos**, idade que corresponde à faixa etária com maior incidência de feminicídios no Piauí.

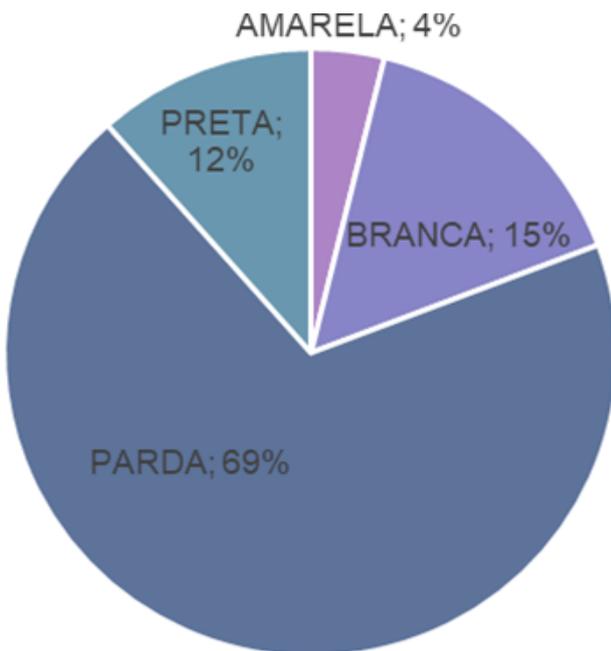
35% são jovens entre **18 e 29 anos**, a segunda faixa etária mais afetada por feminicídios no estado e faixa etária mais afetada por demais assassinatos de mulheres.

Fonte: Registros administrativos da Casa Abrigo Mulher Viva (2024).
Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

**Esse dado reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a proteção de mulheres adultas e jovens em idade economicamente ativa, pois são os grupos mais vulneráveis à letalidade por violência doméstica.

GRÁFICO 17

COR/RAÇA



69% das mulheres acolhidas são **pardas** e **12%** são **pretas**, evidenciando que **81%** das usuárias são **mulheres negras**.

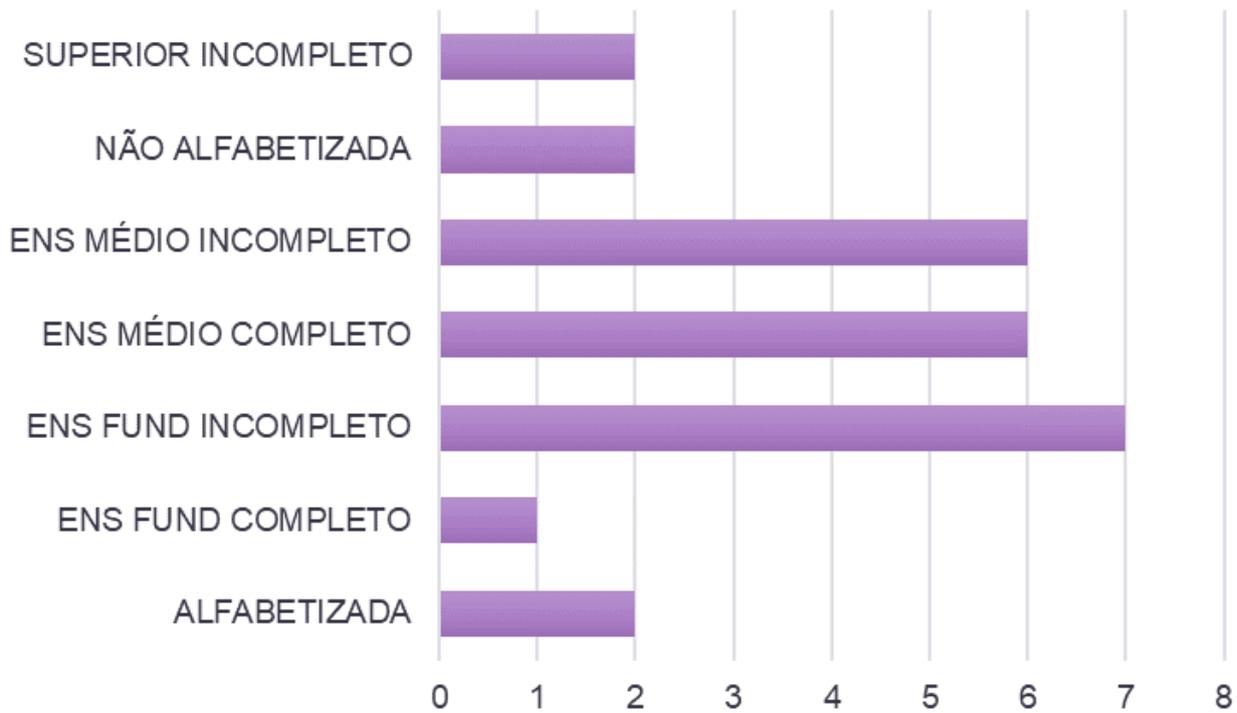
Esses números refletem a **realidade** dos feminicídios **no Piauí**, onde **mulheres negras são as mais afetadas**.

**O recorte racial mostra que a violência doméstica e o feminicídio são agravados por desigualdades estruturais, como o racismo e a marginalização socioeconômica, tornando fundamental a interseccionalidade na formulação das políticas de enfrentamento à violência de gênero.

Fonte: Registros administrativos da Casa Abrigo Mulher Viva (2024).
Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

GRÁFICO 18

ESCOLARIDADE



Fonte: Registros administrativos da Casa Abrigo Mulher Viva (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).



A maioria das mulheres acolhidas não completou o ensino fundamental:

42% não têm o ensino fundamental completo.

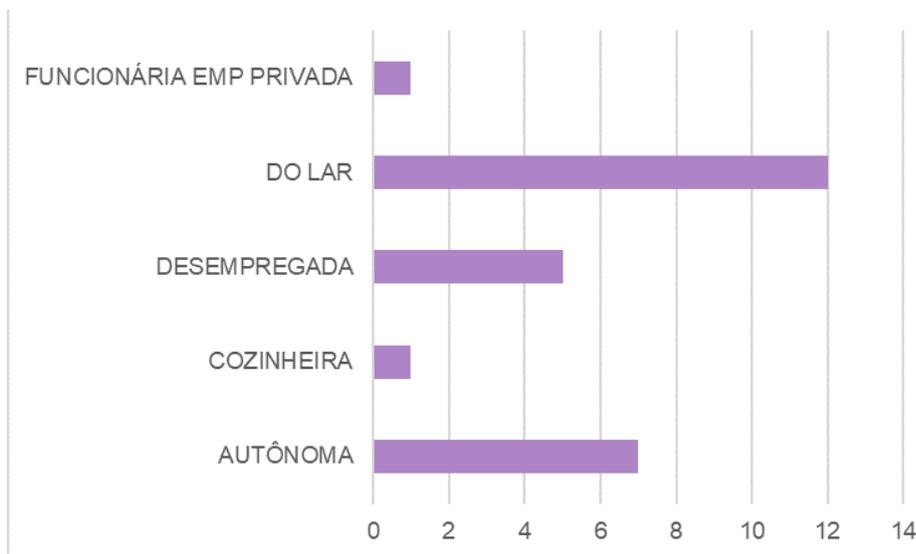
27% têm o ensino fundamental completo.

31% concluíram o ensino médio.

**A baixa escolaridade é um fator de vulnerabilidade, pois reduz as oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal, dificultando a independência econômica e a capacidade de romper com o ciclo da violência.

GRÁFICO 19

TIPO DE TRABALHO



A maioria das mulheres atendidas **trabalham na informalidade, são responsáveis pelo lar ou estão desempregadas.**

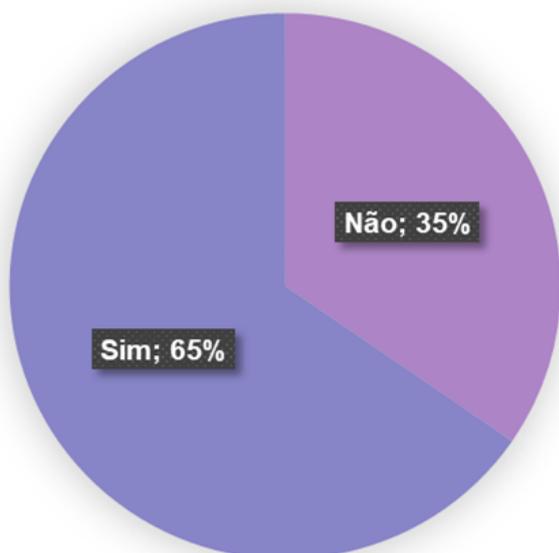
Grande parte recebe menos de um salário mínimo ou não tem renda, evidenciando a forte relação entre vulnerabilidade econômica e violência doméstica.

Fonte: Registros administrativos da Casa Abrigo Mulher Viva (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

****** A dependência econômica do agressor frequentemente dificulta que a mulher denuncie ou deixe a situação de violência. Por isso, fortalecer ações de autonomia econômica, como qualificação profissional e inclusão produtiva, é essencial para garantir que essas mulheres consigam recomeçar suas vidas de forma independente.

GRÁFICO 20

RECEBE BENEFÍCIO SOCIAL?



65% das **mulheres** acolhidas recebem

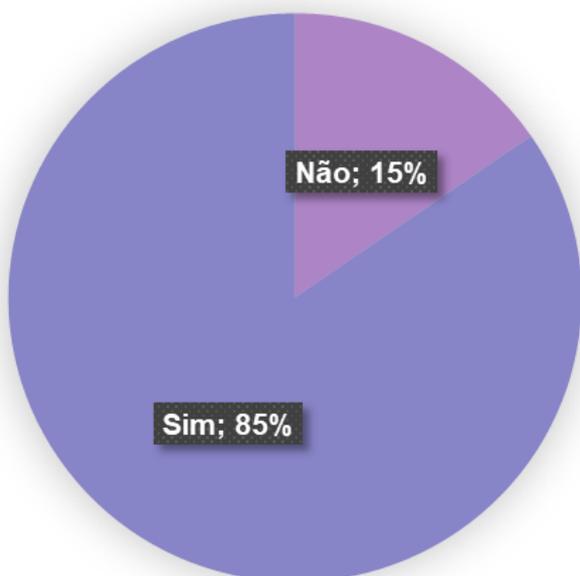
benefícios sociais como o

Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que reforça a importância das políticas públicas de assistência social no suporte às vítimas de violência.

Fonte: Registros administrativos da Casa Abrigo Mulher Viva (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

GRÁFICO 21

AGRESSOR USUÁRIO DE DROGAS



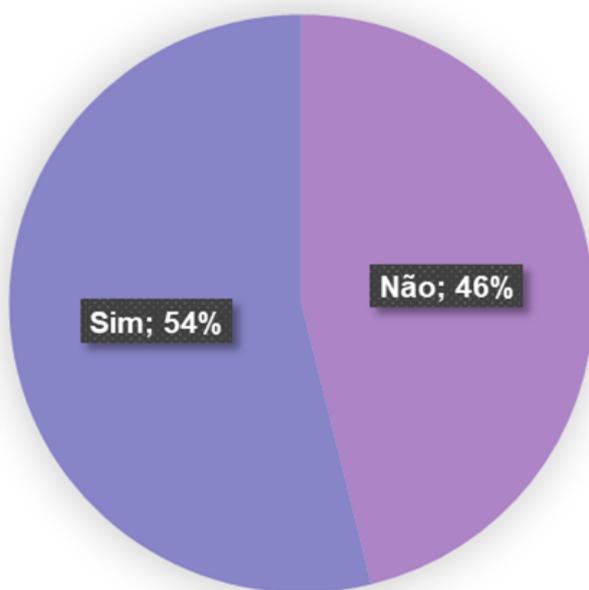
85% dos agressores são usuários de álcool ou drogas.

O uso de substâncias psicoativas pode agravar episódios de violência, embora não seja a única causa. A relação entre uso de drogas e violência doméstica demonstra a necessidade de uma abordagem integrada, que envolva tratamento para dependência química quando necessário.

Fonte: Registros administrativos da Casa Abrigo Mulher Viva (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

GRÁFICO 22

TEM REDE DE APOIO?



Quase metade das mulheres não possuem uma rede de apoio, ou seja, não contam com familiares ou amigos que possam ajudá-las a sair da situação de violência.

A ausência de suporte social e familiar aumenta a vulnerabilidade das mulheres e reforça a importância de políticas públicas de acolhimento, moradia assistida e reinserção social para vítimas de violência doméstica.

Fonte: Registros administrativos da Casa Abrigo Mulher Viva (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

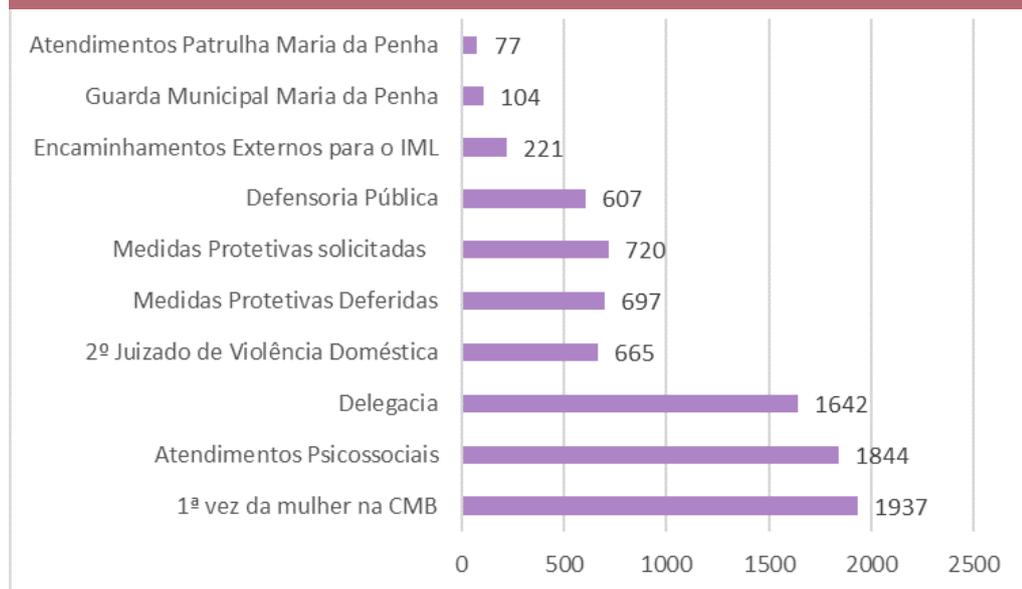


3.3. CASA DA MULHER BRASILEIRA

Notas metodológicas: **A Casa da Mulher Brasileira (CMB)** presta um atendimento humanizado e integrado, evitando a rota crítica ao concentrar, em um único espaço, diversos serviços essenciais para mulheres em situação de violência. Os seguintes dados são registros administrativos da CMB Teresina, referentes ao ano de 2024.

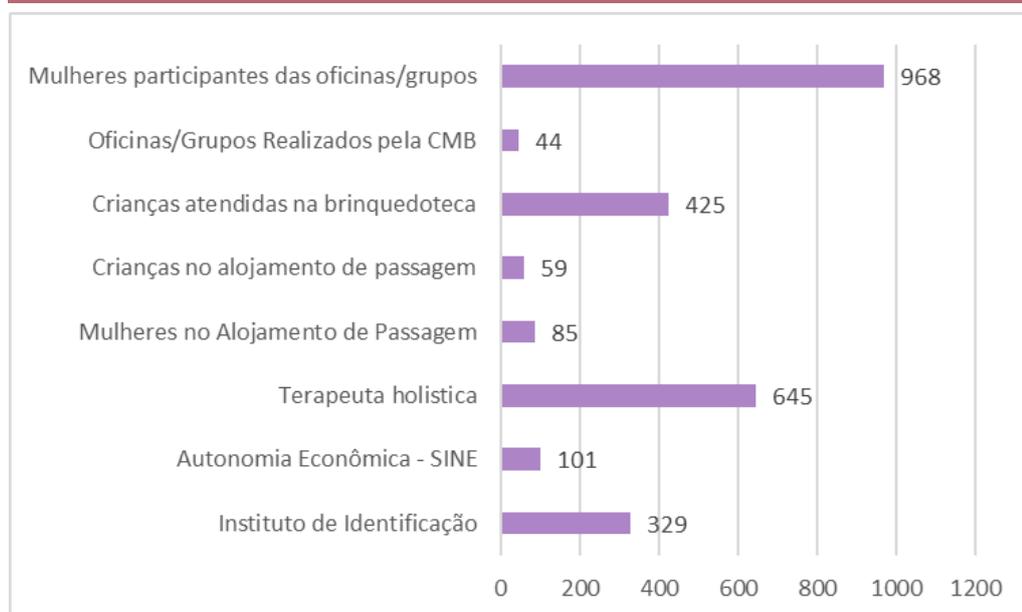


GRÁFICO 23
NÚMEROS ABSOLUTOS CMB



Fonte: Registros administrativos da Casa da Mulher Brasileira de Teresina (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).

GRÁFICO 24
NÚMEROS ABSOLUTOS CMB



Fonte: Registros administrativos da Casa da Mulher Brasileira de Teresina (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense - SEMPI (2025).



1937 mulheres foram atendidas pela CMB em 2024,

uma média de **193** mulheres por mês.

Sobre a Casa da Mulher Brasileira: Seguindo o **Protocolo de Atendimento do Programa Mulher Viver sem Violência**, o primeiro passo é o acolhimento da mulher na recepção, onde é direcionada ao atendimento de acolhimento e triagem conduzido por uma psicóloga e uma assistente social.

A partir desse acolhimento, ela pode ser encaminhada para diferentes serviços, conforme sua necessidade:

Delegacia da Mulher

para registrar boletim de ocorrência;

Juizado e defensoria pública

para solicitar medidas protetivas e orientações jurídicas;

Instituto médico legal

em casos de agressão física, para a realização do exame de corpo de delito;

Patrulha Maria da Penha e Guarda Municipal

que pode acompanhá-la em viatura até sua residência para buscar pertences ou garantir segurança em deslocamentos essenciais.

Se houver **risco iminente**, a mulher pode ser encaminhada ao **alojamento da CMB**, onde também é possível acolher seus filhos. Para garantir um ambiente mais acolhedor para as crianças, a Casa conta com uma **brinquedoteca**, oferecendo um espaço lúdico e seguro enquanto as mães acessam os serviços.

Além disso, a CMB promove **rodas de conversa** periódicas, abordando temas fundamentais para o rompimento do ciclo da violência, e oferece atendimentos complementares, como o suporte de uma **terapeuta holística**, que trabalha práticas integrativas para fortalecer o bem-estar

emocional e físico das mulheres atendidas.

A estrutura da CMB também dispõe de serviços voltados para a **autonomia econômica**, como o **Balcão do SINE**, facilitando o acesso ao mercado de trabalho, e um serviço de **identificação civil**, onde as mulheres podem emitir documentos como o RG.

Com essa rede integrada de atendimentos, a CMB garante um suporte ágil e humanizado, reduzindo os obstáculos que muitas mulheres enfrentam ao buscar proteção e reconstruir suas vidas.

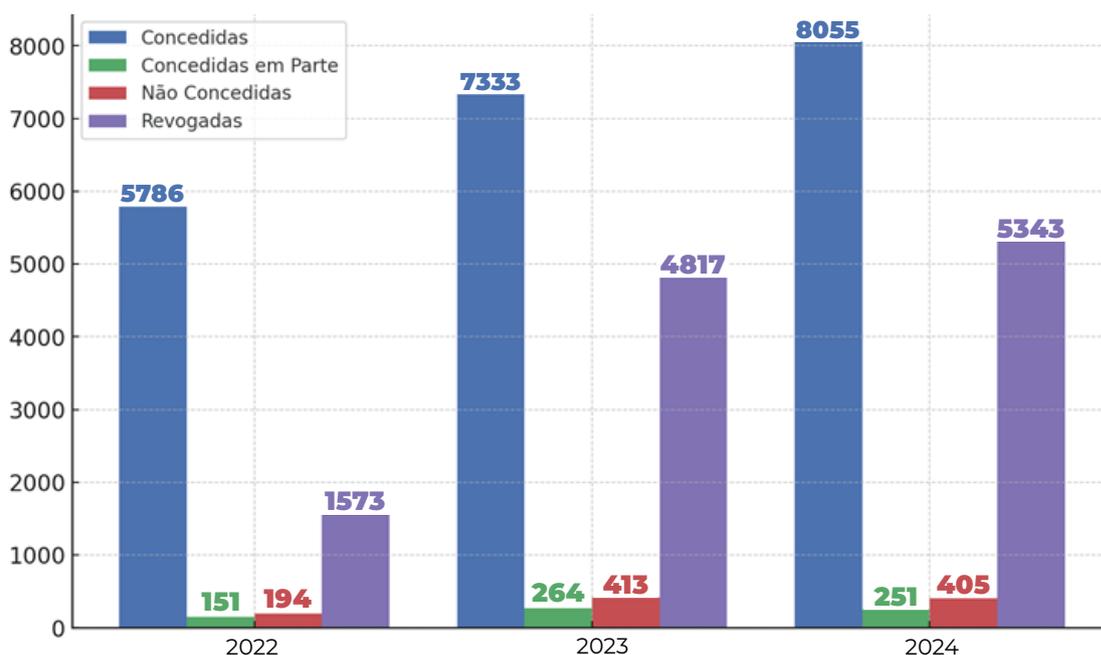
3.4 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Notas metodológicas: Os dados sobre medidas protetivas foram obtidos junto ao Painel de dados do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), com base nos registros processuais de solicitações e concessões realizadas ao longo do ano de 2024,

2023 e 2022. As medidas protetivas de urgência são instrumentos legais previstos na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) para proteger mulheres em situação de violência.

GRÁFICO 25

SÉRIE HISTÓRICA COM NÚMEROS ABSOLUTOS DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NO PIAUÍ (2022-2024)



Fonte: Painel de Dados do Tribunal de Justiça do Piauí - TJ/PI (2025), acessível em: Painel TJ/PI. Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense (2025).

O total de medidas protetivas concedidas apresentou crescimento significativo, passando de **5.786** em **2022** para **8.055** em **2024**, um aumento de aproximadamente **39%** em **dois anos**. Esse crescimento pode estar associado ao fortalecimento da **rede de proteção, campanhas de conscientização e divulgação dos serviços** e a um possível aprimoramento no acesso à justiça para mulheres em situação de violência.

Por outro lado, o número de medidas revogadas também cresceu expressivamente, de **1.573** em **2022** para **5.343** em **2024**. Esse aumento pode refletir tanto o maior volume de concessões quanto desafios na **manutenção e efetividade** dessas medidas ao longo do tempo. A revogação pode ocorrer por diversos fatores, como a reconciliação entre as partes, dificuldades no cumprimento das medidas ou questões processuais que precisam ser investigadas para garantir maior segurança às vítimas.

As **concessões em parte** e as **não concessões** se mantiveram relativamente estáveis ao longo dos anos, o que sugere que as principais variações ocorreram nas medidas **integralmente concedidas** e revogadas. Isso pode indicar um padrão nos critérios de decisão judicial, enquanto o volume total de solicitações e concessões segue uma tendência de alta.

Além disso, observa-se um crescimento linear nas concessões de medidas protetivas, acompanhando o aumento do número de boletins de ocorrência e da busca por canais de urgência do estado, como o chatbot “Ei, mermã, não se cale” e a Casa da Mulher Brasileira. Isso reforça

a importância das medidas protetivas como um dos principais instrumentos de resposta estatal à violência doméstica e familiar, exigindo o fortalecimento do acompanhamento contínuo para garantir sua eficácia na proteção das mulheres em situação de risco.

3.5 PATRULHA MARIA DA PENHA

Notas metodológicas: O serviço da Patrulha Maria da Penha consiste na realização de visitas periódicas às residências de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, para verificar o cumprimento das medidas protetivas e reprimir eventuais atos de violência, além de outros serviços como palestras educativas. Os dados utilizados neste boletim foram coletados

a partir dos registros administrativos da Patrulha Maria da Penha no Piauí, que incluem: Número de visitas às assistidas, número de vítimas resgatadas (encaminhadas a rede), quantidade de medidas protetivas acompanhadas, número de palestras educativas, número de ocorrências, número de apoio ao oficial de justiça.

FIGURA 3

PATRULHA MARIA DA PENHA NOS TERRITÓRIOS (18 BPMs)

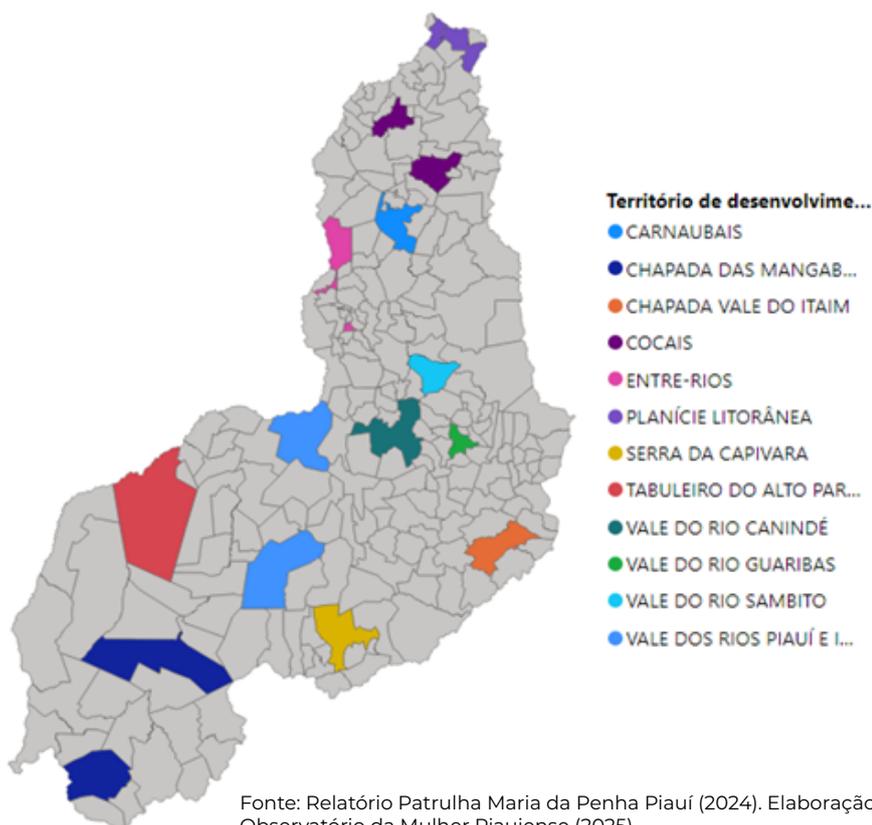


TABELA 1**NÚMEROS ABSOLUTOS INDICADORES CAPITAL E INTERIOR**

INDICADORES	SOMATÓRIO CAPITAL	SOMATÓRIO INTERIOR	TOTAL GERAL
VÍTIMAS ATENDIDAS ÀS VISITAS ASSISTIDAS	3.812	3.676	7.488
QUANTIDADE DE MEDIDAS PROTETIVAS	1.305	791	2.096
VÍTIMAS RESGATADAS (ENCAMINHADAS À REDE)	24	420	444
PALESTRAS	32	471	503
DILIGÊNCIAS POLICIAIS (OCORRÊNCIAS)	100	2.228	2.328
APOIO AO OFICIAL DE JUSTIÇA	33	104	109
PRISÕES	17	603	620

Fonte: Relatório Patrulha Maria da Penha Piauí (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense (2025).

A capital **Teresina** realiza um **número maior de visitas** às mulheres assistidas e acompanha mais medidas protetivas do que a soma dos municípios do interior.

Além disso, os municípios do interior também registram um número mais elevado de acompanhamentos realizados em conjunto com o oficial de justiça, bem como um maior número de prisões relacionadas ao descumprimento de medidas protetivas.

Por outro lado, no interior, a **quantidade de vítimas resgatadas** e encaminhadas para a rede de proteção **é consideravelmente maior** do que na capital, assim como o número de diligências (ocorrências). Esse dado pode indicar que, nos municípios do interior do Piauí, a atuação da **Patrulha Maria da Penha está mais voltada para o atendimento direto** de casos de violência doméstica.

Ao todo, **em 2024**, a Patrulha Maria da Penha acompanhou

2.096
medidas protetivas

Considerando o total de **8.055 medidas deferidas no Estado do Piauí** (conforme o Gráfico 26), essa atuação representa o acompanhamento de aproximadamente **26,02%** das medidas protetivas concedidas no Estado.

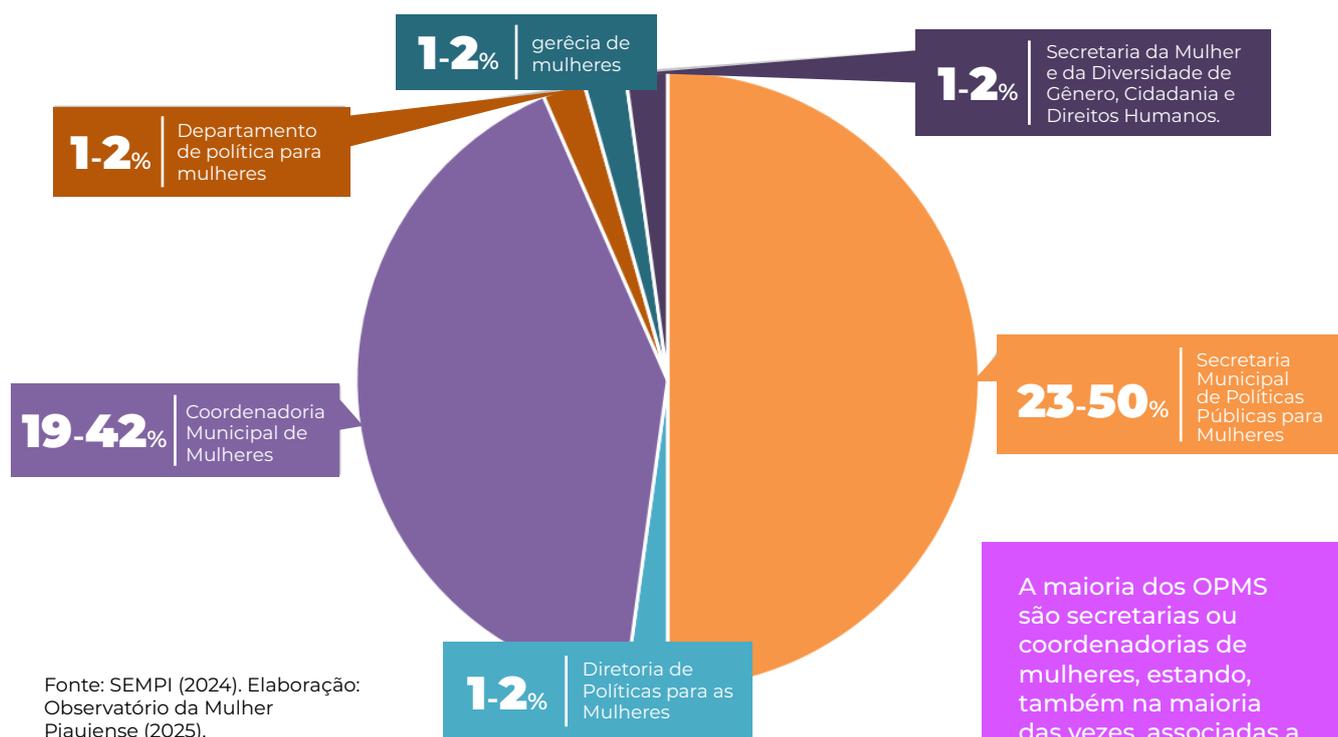
São Raimundo Nonato, Paulistana, Oeiras e Campo Maior destacam-se como os municípios do interior com maiores números, depois da capital Teresina.

3.6 ORGANISMOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Notas metodológicas: O indicador apresentado refere-se à quantidade de Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs) no estado do Piauí, distribuídos por territórios de desenvolvimento e tipos de OPM. Esses organismos são estruturas essenciais na administração pública para a

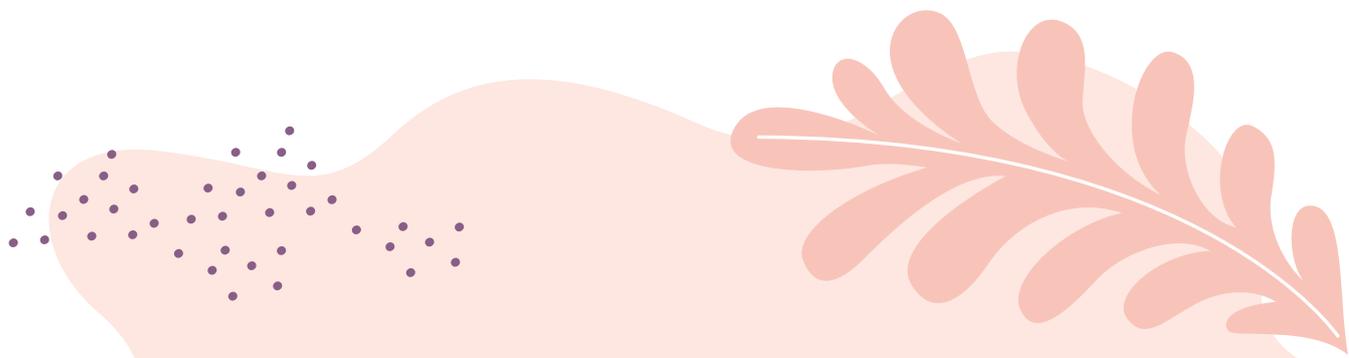
formulação e implementação de políticas voltadas à promoção da igualdade de gênero e à garantia dos direitos das mulheres, especialmente nos municípios do interior do estado, que contam com uma rede de enfrentamento menos aparelhada.

GRÁFICO 26
TIPOS DE ORGANISMOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES (OPMs)



Fonte: SEMPI (2024). Elaboração: Observatório da Mulher Piauiense (2025).

A maioria dos OPMS são secretarias ou coordenadorias de mulheres, estando, também na maioria das vezes, associadas a secretarias municipais de assistência social.



3.7 SÍNTESE E DIRECIONAMENTOS: CONSTRUINDO UM PIAUÍ MAIS SEGURO PARA AS MULHERES

O presente boletim de dados refere-se ao ano de **2024**, realizando comparações com os anos anteriores, 2022 e 2023, sempre que necessário e possível. Trata-se de um documento elaborado para refletir os principais resultados numéricos das ações do estado do Piauí no enfrentamento da violência doméstica e familiar, especialmente no que se refere às iniciativas de acolhimento e segurança pública.

Com esta publicação, a Secretaria de Estado das Mulheres do Piauí busca garantir transparência nos dados e informações, permitindo que a sociedade compreenda os avanços e desafios do período analisado. Ao tornar essas informações públicas, pretende-se subsidiar a atuação dos atores e atrizes que compõem a rede de enfrentamento da violência doméstica e familiar, além de fornecer subsídios para pesquisadores(as) e gestores(as) que iniciarão 2025 com um panorama atualizado sobre a estrutura do estado na proteção e garantia dos direitos das mulheres.

Dentre os principais resultados, destacam-se o aumento das denúncias nos canais especializados, o crescimento da procura pelas **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)**, especialmente nos municípios do interior, o aumento expressivo dos atendimentos pelo **chatbot “Ei, Mermã, Não Se Cale!”**, a alta demanda pelos serviços da **Casa da Mulher Brasileira** em Teresina e o crescente número de **medidas**

protetivas deferidas (e também revogadas), assim como um expressivo aumento nos acompanhamentos da **Patrulha Maria da Penha**. Esses indicadores refletem o impacto das **campanhas permanentes de conscientização e divulgação dos canais de denúncia e acolhimento**, bem como o aumento dos recursos da rede. A ampliação do acesso a esses serviços é fundamental para que mais mulheres consigam romper o ciclo da violência e, conseqüentemente, prevenir o feminicídio.

Costuma-se dizer que a violência doméstica afeta mulheres de todas as classes sociais. No entanto, diferentes grupos de mulheres possuem distintos níveis de acesso a serviços, diversas formas de buscar ajuda e enfrentam desafios específicos para romper o ciclo da violência. Além disso, a violência doméstica atinge desproporcionalmente mulheres negras, refletindo desigualdades estruturais.

Ao analisar o perfil das vítimas de feminicídio e das mulheres acolhidas na **Casa Abrigo Mulher Viva**, observa-se que a maioria dessas mulheres são negras (pretas ou pardas). Além disso, entre as acolhidas na Casa Abrigo, a maior parte se encontra em situação de vulnerabilidade econômica e possui baixa escolaridade, fatores que dificultam o acesso ao mercado de trabalho e reforçam a dependência econômica, tornando o rompimento da violência ainda mais desafiador.

Nesse sentido, o Estado deve investir continuamente na promoção da autonomia econômica para essas mulheres. Também se nota que a faixa etária mais atingida é a de 35 a 40 anos, período de transição entre a juventude e a meia-idade, embora mulheres jovens também sejam significativamente afetadas, inclusive em homicídios que não se enquadram como feminicídios.

Os dados evidenciam que mulheres negras, jovens e de meia-idade representam o perfil mais vulnerável à violência doméstica e ao feminicídio no Piauí. Embora avanços tenham sido alcançados no fortalecimento da política para mulheres e no aparelhamento do estado, ainda há muito a ser feito para garantir direitos e proteção social de forma mais efetiva.

Diante do crescimento das denúncias nos municípios do interior, é essencial que essas localidades recebam maior estrutura de atendimento, com a **ampliação das Casas da Mulher Brasileira e/ou a implementação de Centros de Referência da Mulher**. Atualmente, está em construção uma unidade da **Casa da Mulher Brasileira em Parnaíba**, município que registra os maiores índices de boletins de ocorrência depois de Teresina. Além disso, **estão sendo implantados Centros de Referência da Mulher Brasileira nos municípios de Picos e São Raimundo Nonato**, ambos polos regionais com alta demanda por serviços especializados. Esses equipamentos oferecem atendimento humanizado e qualificado, fundamentais para que mais mulheres busquem o estado como suporte para romper o ciclo da violência. A qualificação de profissionais e

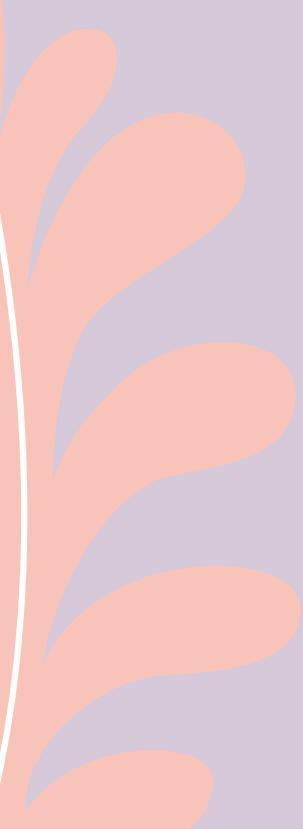


o fortalecimento da segurança pública, da assistência social, da saúde e da educação, com uma abordagem sensível às questões de gênero, podem contribuir significativamente para a redução da violência doméstica e dos casos de feminicídio, a exemplo do projeto **Teia de Direitos e também do projeto “Vamos! nas Escolas”**.

Políticas voltadas para a autonomia econômica desempenham um papel essencial nesse contexto. Cursos profissionalizantes, incentivo ao empreendedorismo (**como o Elas empreendem, e a edição “Fios da ancestralidade”**) e políticas de transferência de renda são fundamentais para garantir a independência financeira das mulheres. Atualmente, a SEMPI está implantando duas **lavanderias comunitárias, uma em Teresina e outra em Parnaíba**, que funcionarão como espaços de geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica. Essas iniciativas terão uma parceria direta com as **Casas da Mulher Brasileira**, garantindo que as beneficiárias tenham suporte social e profissional.



Os avanços e informações aqui registrados reforçam a **importância da continuidade e ampliação das políticas públicas** voltadas para as mulheres. Somente com esforços contínuos e intersetoriais será possível consolidar um Estado mais seguro e justo para todas as mulheres piauienses.



SECRETARIA
DAS MULHERES - SEMPI





SECRETARIA
DAS MULHERES - SEMPI

